

Projeto de Pesquisa:
Ruralidades, Cultura e Desenvolvimento Sustentável

Roberto José Moreira
Rio de Janeiro, 23 de Agosto de 2002

1. Introdução

Este projeto foi elaborado tendo em vista a continuidade das atividades de pesquisa desenvolvidas sob minha responsabilidade e coordenação no Projeto *Desenvolvimento Rural Sustentável: Registros de novas ruralidades* que se encerra em dezembro do corrente ano e foi desenvolvido com apoio da Faperj, no Programa Cientistas de Nosso Estado, para o qual apoio de bolsa de pesquisador do CNPq. Os ensaios, artigos e relatórios que estão sendo produzidos¹ comporão o relatório substantivo do conjunto de pesquisas e conforme proposto foi criado, em 2001, o Núcleo de Pesquisa *Desenvolvimento Sustentável e Ruralidades*. A execução do projeto articulou, no programa de mestrado e doutorado em ciências sociais em *Desenvolvimento Agricultura e Sociedade* (Cpda, UFRuralRJ), atividades de pesquisas de alunos, recém doutores e professores do programa e apoiou pesquisas de campo, participação em seminários, congressos nacionais e internacionais e acesso a dados e bibliografia, também conforme previsto. Uma das resultantes não esperada desse projeto foi a transformação, em 2002, da temática do grupo de pesquisa registrado no CNPq, por mim liderado, de *Ciência, Formação e Ecologia para Ruralidades, Cultura e Desenvolvimento Sustentável*. A formulação de seu campo temático, está assim formulada:

Este campo investigativo está informado pelos processos econômicos, culturais e políticos contemporâneos da pós-modernidade e da era da informação. Esses processos impõem tensões às culturas científicas, tecnológicas, artísticas e cotidianas herdadas, tensionando a formação de identidades sociais e políticas. Nesse contexto a ideologia do desenvolvimento se reconforta como desenvolvimento sustentável. As tensões econômicas, culturais e políticas, amalgamadas e sincretizadas, impõem redução às autonomias relativas herdadas da modernidade. Fala-se do desaparecimento do rural, do agrícola e também da emergência de um novo mundo rural e de novas ruralidades que, em processos de desterritorializações e reterritorializações de espaços e tradições mesclam sincretismos multiidentitários na cidade e no campo. No campo, sob amparo dos discursos do desenvolvimento rural sustentável, tal conjuntura impulsiona processos de compreensão dos espaços e dos sujeitos deste novo mundo rural. Contribuindo à compreensão dessa problemática as linhas de pesquisa – *ruralidades no campo e na cidade; ruralidades na história e nas culturas; ciência, técnica e formações agrárias; e, educação ambiental e ecologia* – objetivam a construção de conhecimentos e a reflexão sobre as práticas contemporâneas dos novos localismos e tradicionalismos rurais globalizados, como são as expressões dos assentamentos rurais, da agricultura familiar, da agroecologia, de tecnologias alternativas e de alimentos naturais, do desenvolvimento local e rural sustentáveis, turismos rurais, ambiental e ecológico, reservas e parques ecológicos, esportes rurais, festas religiosas e folclóricas e de outras expressões artísticas.²

O presente projeto objetiva a consolidação de perspectivas teórico-interpretativas e a realização de análises de relações e processos sociais desenvolvidas nos espaços rurais e urbanos que se refiram ao processo de desenvolvimento rural sustentável e as representações sociais do rural na contemporaneidade. Tem sua ênfase em análises das quatro linhas de pesquisa acima formuladas, a saber: *ruralidades no campo e na cidade; ruralidades na história e nas culturas; ciência, técnica e formações agrárias*; e, *educação ambiental e ecologia*, cujas pesquisas se desenvolverão com a aplicação e o desdobramento do marco analítico da ruralidades que desenvolvemos nesses dois últimos anos.³

Desse esforço desdobrou-se a ênfase na análise da questão ambiental sob a ótica da economia política, que resultou na redação das análises *Economia Política da Sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista, Desenvolvimento sustentável no espaço rural, Sustentabilidade no Espaço Rural: Reflexões sobre conceitos, Land and natural resources property and sustainability: Analytical reflections e Environmental Critics e Social Interests and Green Revolution in Brazil* e a publicação do livro *Agricultura familiar; Processos sociais e competitividade*.⁴

Nos dois últimos anos, com apoio da Faperj e CNPq, foram publicados e estão no prelo ou a publicar: *Agriculture familiale et assentamentos ruraux: compétitivité, technologie et integration sociale; Questão Agrária e sustentabilidade: reflexões analíticas; Críticas ambientalistas à revolução verde; O Atentado Terrorista e a Subjetividade Contemporânea: Notas esparsas; Questão Agrária e sustentabilidade; A gênese da formação interdisciplinar de pesquisadores no CpdA; Interdisciplinaridade na Pós-Graduação: Notas de pesquisas; Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari; Vivências de ruralidades no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, 1976-83; Ruralidades e globalizações: Ensaio de uma interpretação*.⁵

2. Justificativas

A importância deste projeto pode ser explicitada pela abordagem de duas ordens de questões. A primeira refere-se aos processos sociais em curso no mundo rural e a segunda refere-se à apoio visando a consolidação do Núcleo de Pesquisa em *Desenvolvimento Sustentável e de Ruralidades, criado em 2001*.

Em primeiro lugar, a pesquisa estará associada à compreensão de temas relevantes da cultura, da política pública e dos movimentos sociais contemporâneos⁶ e aos processos da globalização e do exercício da hegemonia das políticas neoliberais (de abertura dos mercados, de redimensionamento do papel do Estado, de descentralizações política e de desformalização das relações de trabalho herdadas) e aos processos sócio-culturais da pós-modernidade e da era da informação. Estaremos

considerando que tais processos impõem tensões locais e globais em todas as ordens societárias, representam elementos econômicos, políticos e culturais hegemônicos que associados ao mundo rural aparecem representados nos espaços locais, regionais e nacionais, conformando as ambiências dos desenvolvimentos e das identidades rurais.

Em segundo lugar, este projeto se justifica por buscar a consolidação do Núcleo de pesquisa em Desenvolvimento Sustentável e Ruralidades criado em 2002. Com vistas à essa consolidação as atividades aqui propostas objetivam: a) avançar as formulações teóricas até aqui desenvolvidas⁷, sobre agricultura brasileira e agricultura familiar, em Moreira (1991, 1993, 1995 e 1998b), sobre natureza, ecologia, meio ambiente,⁸ sobre formação profissional, sobre sustentabilidade e desenvolvimento rural⁹ e sobre ruralidades¹⁰ b) apoiar o desenvolvimento dos estudos de pós-graduação sob minha orientação e de pesquisadores do Núcleo; e, c) contribuir para o conjunto das atividades de pesquisa do CPDA.

3. Ensaaiando uma problematização: ruralidades e globalização¹¹

Apreendido pelas oposições campo-cidade, tradicional-moderno, oposições incivilizado-civilizado e não-tecnificado-tecnificado, no rural-agricultura herdado da modernidade a ruralidade estava sujeita aos domínios da natureza e da tradição, próprias das hegemonias urbano-industrial nos espaços nacionais. A compreensão de uma nova noção de ruralidade procura tematizar o mundo rural nas sociedades contemporâneas, do Norte e do Sul. Postula a existência de um processo de ressignificação - ou, como diriam outros, de desconstrução-construção - do rural construído por aquelas antigas oposições sociedades tradicionais-modernas, rural-urbano, campo-cidade e agricultura-indústria. Essa compreensão está associada aos processos recentes da globalização e do exercício da hegemonia das políticas neoliberais (de abertura dos mercados, de redimensionamento do papel do Estado, de descentralizações política e de desformalização das relações de trabalho herdadas).

Nesse contexto haverá ainda um rural de que podemos falar e que gera identidades e atores sociais, sejam individuais ou coletivos?

Em sua historicidade uma identidade social carrega tudo aquilo que foi, criou e se tornou, bem como tudo aquilo que incorporou da sociedade, consciente ou inconscientemente.¹² Expressas em corpos e mentalidades, essas identidades (individuais e coletivas) carregam suas possibilidades futuras de ser, criar, bem como um presente de angústias, aspirações e incertezas do seu vir a ser. Cada identidade é, assim e sempre, expressão de múltiplas ordens relacionais que se dão redes

materiais e afetivas, de pertencimento familiares, de vizinhança, de grupos sociais, de classes, regionais, nacionais e internacionais, em suma locais e globais. Tal identidade só pode se revelar por sua presença ou ausência nestas redes. Dessas identidades só podemos captar indicadores,¹³ meros registros de existência, nunca a própria existência. As contingências sociais vivenciadas no passado, no presente e projetadas para o futuro, que passarei a denominar de ambiências sócioecossistêmicas, conformam assim as possibilidades de pensar, de ser e de se comportar dos indivíduos, seja privada seja socialmente. Esse outro social incorporado na identidade compõe, com as pulsões biossistêmicas primordiais, sua subjetividade.

Se existem identidades rurais, essas ruralidades vivenciam no presente confluências incertas do passado e do futuro. Cumpre-nos reter essas elaborações, elas darão sentido ao destaque que daremos ao passado oligárquico do Estado, da cultura e da própria sociedade brasileira e de seu fundamento no domínio particular sobre o território, registrado na alta concentração na distribuição da propriedade de nossa terras, bem como sobre as expectativas que o futuro das tecnologias da biodiversidade, da engenharia genética e os direitos de patentes do futuro colocam sobre o presente dessas ruralidades.

Na modernidade burguesa os pólos construtores de identidades estiveram sediados na indústria e na cidade. Desses pólos emergiram a atribuição de sentidos. Tais pólos foram os mais valorizados e carregaram poderes assimétricos nas instâncias econômicas, políticas e culturais das sociedades capitalistas. O rural subalterno que emerge dessa assimetria tem como pólo hegemônico e referencial o poder emissor de sentido da indústria e da cidade. É nesse sentido que as imagens hegemônicas do rural, em oposição aos sentidos atribuídos ao urbano carregam as noções de agrícola, atrasado, tradicional, rústico, selvagem, incivilizado, resistente a mudanças etc.

Se reconhecermos a existência de processos recentes de ressignificação do rural de tal ordem que nos leva a falar em um novo rural e em novas ruralidades, tais processos estariam indicando tensões no núcleo de poder hegemônico da indústria e da cidade da modernidade. A passagem para, ou a vivência da, pós-modernidade, da alta modernidade ou da sociedade globalizada nos rearranjos desse poder hegemônico poderiam ser visualizado nas novas posições que assumem o capital financeiro, as indústrias da informação, da propaganda e cultural, as empresas transnacionais e as instituições econômicas, políticas e culturais transnacionais. As ressignificações de rural de que falamos emergiriam dessas tensões no pólo hegemônico.

A passagem de uma imagem de rural como agrícola para um rural como natureza expressaria tensões de diversos âmbitos societários, tais como na estética, na ciência e tecnologia, na sociedade civil, no Estado, no mercado e mesmo na espiritualização (Leis, 1999). Como procurei demonstrar,

a própria imagem de natureza está em processo de ressignificação e, com ela, a de ser humano (Moreira, 1999).

Apoiando-se no debate travado nas sociedades avançadas, Wanderley (2000) se posiciona numa leitura do rural como espaço singular e ator coletivo. Em favor do reconhecimento do rural na contemporaneidade, a autora identifica a ruralidade como uma construção histórica, o rural como um espaço diversificado, o desenvolvimento rural como um novo compromisso institucional e a emergência de uma nova ruralidade, nos permitindo identificar várias ressignificações do rural, novos atores e novas disputas discursivas.

Carneiro (1998) problematiza a ruralidade como novas identidades em construção, postulando-as produto das novas relações campo-cidade. Apoiada em suas pesquisas, a autora interpreta a ruralidade contemporânea como uma pós-modernização da agricultura, no caso francês, e uma modernização incompleta, interrompida ou segmentada, nos casos da região serrana do Rio de Janeiro, que analisa. Para a autora, ambas são conformadas por uma revalorização da natureza que, por vários e complexos processos, cria uma urbanidade contemporânea que revaloriza a vida no campo e a produção de alimentos saudáveis.

Nos debates o rural tende a ser visto como um modo particular de utilização do espaço e da vida social. A compreensão da imagem do rural implicaria, portanto, a compreensão dos contornos (o espaço ecossistêmico), das especificidades (o lugar onde se vive) e das representações (o lugar onde se vê e se vive o mundo). As ruralidades que emergem refeririam-se, portanto, às relações específicas dos habitantes do campo com a natureza e as relações próprias de interconhecimento destas relações, densificadas pelo conhecimento e pela comunicação direta, face a face. De Paula (1999) amplia a concepção de rural em sua análise da ruralidade estetizada associada aos esportes *coutries* da região de Presidente Prudente, em São Paulo, produzida na cidade.

Refletindo sobre essas contribuições¹⁴ cabe registrar algumas indagações. Se procurarmos romper com a visão polar, cidade e campo, agrícola e industrial, ou ainda com uma concepção de continuum de relações sociais, que implica em se considerar identidades sociais acabadas, fixas, autônomas, qual seria o sentido da noção de ruralidade, a partir da qual se poderia falar em construção de novas identidades (Carneiro, 1998), novos atores e novas disputas discursivas (Wanderley, 2000) e de um o campo estetizado na cidade (De Paula, 1999)? O falar em ruralidade aciona o seu par, a urbanidade, que pode também ser acionado no antigo sentido do par rural e urbano, ambos fixos e fechados. Como compreender ou visualizar momentos e espaços das relações sociais cidade-campo, das quais poderíamos destacar componentes de ruralidade – e também de urbanidade – seja na cidade seja no campo?

Poderíamos argumentar que as complexas relações sociais contemporâneas apresentam, ao mesmo tempo, fluxos culturais e materiais da ruralidade e da urbanidade, rompendo assim com a concepção essencialista de um ser rural que se opõe ao ser urbano. Olhando assim para esses componentes poder-se-ia falar de elementos de ruralidade em espaços urbanos, bem como, de elementos de urbanidade em espaços rurais. Essa argumentação, se consistente, refuta algumas das teses que falam do fim do rural, como a industrialização e a urbanização do campo, nessa a urbanidade em todos os espaços rurais e naquela, a urbanidade industrial dos processos produtivos.

Afirmava naqueles debates que teríamos que problematizar os elementos de ruralidade e de urbanidade nas relações sociais cidade-campo e perguntava se essa problematização nos ajudaria a melhor compreender os processos sociais agrários da atualidade.

Levantava então três questões de fundo, que desde então tensionam meu pensamento e minhas análises.

Como articular as noções de espaço e tempo para compreender os elementos de ruralidade nas relações sociais? Como conceber, conceituar na noção de ruralidade o espaço biofísico e cultural (local, território, ecossistema, aldeia, formas familiares, moradia, corpo...) e tempo biofísico e cultural (planetário, dia-noite, estações, do relógio)?

Como compreender as noções de “identidade” e de “novas” identidades? Como compreendê-las a partir do grau de densidade e pluralidade das relações sociais contemporâneas, ao mesmo tempo locais e globais? A “nova” identidade seria a expressão de um outro eu diferente do eu que já fui? A nova identidade se expressaria na “conversão” do eu a uma nova visão de mundo, novas redes de afetividades e de socialização primária, etc? Ou seria ainda a inserção de meu eu em outras redes sociais complexificando a minha identidade em uma multiplicidade de identidade(s)? O ser relacional é concebido em suas múltiplas relações; expressa uma identidade múltipla, complexa, movente e flexível; a presentificação de um “eu rural” se revelaria em algumas redes sociais e se esconderia em outras?

A nova identidade revelaria uma apropriação ou reinvenção do passado, da tradição e memória cultural impondo, em sua existência presente, apenas uma estetização ou ainda um espetáculo ruralizado? Seria um simulacro, uma virtualidade, mera espetacularização sem realidade?

Penso ser necessário trabalhar com a hipótese de que o surgimento de um novo mundo rural e de novas ruralidades no Brasil carrega a reprodução das desigualdades históricas e pode não representar a cidadania, a democracia e o bem estar vivenciados nos países avançados. Nossas análises do rural necessitariam também incorporar os processos, ainda em curso, de construção social da cidadania, da democracia e do próprio bem estar, distinto das sociedades avançadas.

No caso da vivência humana estaríamos nos indagando sobre as condições de existência do ser natural humano. Explorando essa afirmação, podemos dizer que as diferentes identidades se revelam e se constroem nas relações e, dependendo das nucleações societárias que garantem as autonomias relativas do sujeito e do objeto, pode-se afirmar que nem no objeto e nem no sujeito a identidade, inclusive a rural, revela toda a sua existência. O que poderemos verificar, medir e representar serão apenas índices, indicadores, traços, elementos e registros da própria existência, de uma identidade sempre não absolutamente revelada.

Essa questão tem sido objeto de vários pensadores, e carrega também a necessidade de compreendermos que a vida humana contém o grande mistério da ontologia e do sentido, do nascimento e da morte. Entramos nas insondáveis regiões já exploradas pelo pensamento filosófico e já representado pela pelo misticismos e pelas religiões, bem como pela filosofias do absoluto; seja este Deus, Natureza, Nada, Espírito, a Idéia, ou o Desconhecido. (Weischedel, 2001). Hoje até as mais avançadas hipóteses da física das supercordas, em seu esforço rumo à síntese definitiva das relatividades especial e geral, do microquântico ao macrocósmico, reconhece um espaço insondável da teoria M, com múltiplos universos paralelos ao universo antrópico; M de mistério. (Greene, 2001). Outros autores reconhecem a impossibilidade humana de acesso a tal campo e nos falam invisível, indizível (Castoriadis, 1978; 135-157), do inconsciente, da incerteza e da indeterminação. A existência a esse campo, presente em todas as manifestações dos sentidos do ser humano e do pensamento, ganha realidade na representação cultural e é operado por algumas culturas como a própria realidade. Essa operação mental religa (ação de ligar; religar, religião) o conhecível e o desconhecível, o visível e o invisível, o dizível e o indizível, construindo assim um fundamento, só se torna real pela crença, pela fé, e não pela demonstração.

Determinadas representações e práticas de acesso ao mistério são concebidas no ocidente burguês, racionalista e cientificizado como incivilizadas, selvagens e podem ser associadas à imagens de rural. Tais são as representações culturais de uma natureza animística e divina, que lidam com os espírito das águas, das florestas, dos animais e dos astros como entidades reais, que se opõem ao divino urbano.

No mundo ocidental da Idade Média a concepção hegemônica desse desconhecido se apoiava pressupunha um Divino absoluto no qual a realidade humana fundamentava o seu sentido. A pressuposição do Divino torna-se uma crença que fecha e dá sentido de totalidade à cultura e às possíveis significações da linguagem e da comunicação. Num mundo assim construído há uma supremacia da linguagem e do pensamento religioso. Dessa supremacia emana um poder hegemônico. O pressuposto do poder medieval está na crença dogmática de que a realidade e a

verdade absoluta, já reveladas, foram reveladas por Deus, e que os sacerdotes são seus intérpretes; a Igreja a sua representação na Terra.

No momento seminal da modernidade, a concepção hegemônica funda-se em uma ontologia das leis da Natureza, própria da matriz positivista e essencialista do pensamento científico, então em formação. A Natureza é concebida como máquina, eterna e sempre a mesma. Reconhecendo os seus movimentos ecossistêmicos, e planetários como a circularidade dos ponteiros do relógio, voltando sempre ao ponto de partida. Nessa sócio-história a realidade humana funda seu sentido nessa Natureza. As incertezas e angústias, que o desconhecido, provoca na humanidade são atribuídas a uma saber ainda incompleto. Essa incompletude do saber, no iluminismo, poderá ser superada pelo pensamento racional e pelo saber científico. O projeto dessa ciência é alcançar a verdade absoluta por meio da investigação da natureza e suas leis, pelo poder da razão. A crença que fecha este mundo cultural é a de que a verdade está na Natureza e de que os cientistas, os novos sacerdotes, são os seus intérpretes; a Ciência seria a sua representação na cultura.

Na pós-modernidade de nossos dias, o relativismo científico retira esse fundamento do sentido de realidade da ciência e da razão, desreificando a Ciência e a Razão. Coloca o sentido de realidade na cultura. A vida passa a ter sentido só em nós mesmos e os diversos fundamentos que apoiam essas realidades estão sujeitos a dúvida; todos eles; toda representação é discutível. As realidades estão sujeitas ao consenso social, na falta de consenso temos as disputas por legitimações e a co-existência de várias verdades, uma hegemônica. A diluição das fronteiras nacionais e a vivência de fenômenos globalizados, a disputa discursiva torna-me polifônica e a legitimação planetária, bem como a possibilidade de construção da hegemonia. Hardt e Negri, nos falam dos processos recentes da construção dessa hegemonia no Império e poder criativo de tensionador das multidões (Hardt e Negri, 2001). Santos (2002) nos fala das construções de contra-hegemonias.

A realidade passa a ter um fundamento biopolítico (Hardt e Negri), estamos assim falando de um ser humano aberto, planetário e bio-socio-sistêmico, que contém diversidades culturais e rurais e urbanos locais e globais.

Determinadas práticas e representações desse não-conhecível são elementos componentes da cultura e dos valores hegemônicos da modernidade; também do urbano e do rural.

No que nos concerne no momento, as mais diferentes noções de rural e de ruralidades remete a proximidades com a natureza, o solo, a terra, as estações e os climas, suas vegetações e animais, produzindo objetividades, subjetividades, espiritualidades e sensibilidades rurais.

Jameson argumenta que no momento histórico da ascensão do Estado burguês moderno na Europa, até mesmo Heidegger continuava a estabelecer uma relação fantástica com a paisagem orgânica do

campo pré-capitalista e da sociedade dos vilarejos camponeses, que seriam a forma final da imagem da Natureza em nosso tempo. Dando consistência à consolidação daquela imagem de rural cumpre atentarmos que nos processos políticos e econômicos das transições à ordem e ao poder burguês o que estava em jogo era a destruição do poder das classes aristocráticas ou proprietárias de terra e não as sociabilidades dos “vilarejos camponeses e nem a “paisagem orgânica do campo pré-capitalista”. Neste sentido, poderíamos afirmar que esse outro imaginado como a Natureza teria desaparecido por conta do vigoroso e implacável processo de modernização econômica das sociedades burguesas. Complementando, Jameson postula que “em nossos dias, no entanto, pode ser possível pensar tudo isso de forma diferente, no momento da eclipse radical da Natureza” (Jameson, 1996: 60). O capitalismo tardio, a Revolução Verde, o neocolonialismo e as megalópoles estariam associados irrevogavelmente à destruição daquela imagem da Natureza de Heidegger. O novo, seria um outro propriamente humano, o poder humano acumulado nas máquinas. A figura da tecnologia representaria esse poder humano alienado, esse outro que se volta contra nós em formas irreconhecíveis, o verdadeira transmutação do produto humano em controlador do humano, exposta pelo fetichismo da mercadoria de Marx: sua forma naturalizada, o Mercado. Ianni (1996:16-17) ao examinar o desenvolvimento extensivo e intensivo no mundo destaca a crescente transformação das condições de vida e trabalho no mundo rural. Para ele, os padrões e valores e o modo de vida urbano são estendidos ao campo, industrializado por meio da “tecnificação, maquinização e quimificação” dos processos de trabalho e produção. Essa uma nova imagem de rural, que já não se diferenciaria do urbano é também revelada por Silva (1996). Em termos gerais poderíamos nos referir que o processo de desaparecimento do rural está associado aos processos de revolução política e de modernização burguesa das antigas sociedades européias. Na atualidade, no tempo cultural do pós-modernismo, “sentímo-nos tentados a falar de algo novo e historicamente original: a penetração e colonização do Inconsciente e da Natureza pela destruição da agricultura pré-capitalista e da indústria da propaganda.” (Jameson, 1996: 61). Essa formulação nos remete também a um outro na psique, o outro internalizado de Lacan, no Gaia, o outro externalizado no planeta. O rural que desaparece é a imagem de Natureza de Heidegger. No Mercado ele se iguala ao urbano e desaparece, o novo rural se localizaria no inconsciente e na natureza do planeta.

Canclini (2000, 67) examinando as contradições da modernidade latino-americana elabora sobre as especificidade da vivência de processos de modernismos culturais sem modernizações econômicas abrangentes por essas sociedades. Nesse contexto, o autor elabora uma interpretação de histórias híbridas. Questiona os erros de interpretações que emergem das comparações da modernidade latino-americana, ou mesmo terceiro-mundista, com as imagens otimizadas dos processos da modernidade européia, que visualizam uma sincronia entre modernismo cultural e modernização

econômica. (Canclini, 2000, 71). Em situações históricas não-sincrônicas, cumpre-nos indagar em primeiro lugar se podemos falar de uma Natureza imaginada, a la Heidegger de “vilarejos camponeses” e de “paisagem orgânica do campo pré-capitalista”, como presentes em nossas culturas latino-americanas. Em tais casos, os colonialismos e os escravismos latino-americanos e a solidez cultural de sociedades pré-coloniais certamente estarão associados à imagem do outro a ser destruídos pela modernização burguesa pós-colonial na América Latina.

A análise do caso brasileiro, com certeza carregará elementos da uma “paisagem orgânica de um campo selvagem incivilizado” (dos sertões e das florestas tropicais) e dos “vilarejos do interior oligárquico”, ambos produzidos pela colonização portuguesa e pela centralidade do leste marítimo que nos conecta ao ocidente europeu. O processo de aburguesamento da sociedade brasileira esteve associado a “revoluções pelo alto” (Coutinho, 1999) e ao um “capitalismo autoritário” (Velho, 1990), que compreendido nas redes capitalistas mundiais, configurou internamente alianças oligárquicas de poder, sem questionamento da propriedade da terra. A ruptura monárquica e colonial, constituidora do Império e, posteriormente, consolidada na República Velha, recompõe pactos de oligarquias agrárias. Os atos simbólicos de fundo na nossa transição republicana são a destruição da escravidão e do poder monárquico imperial. A nova civilidade social brasileira do trabalho livre e a nova civilidade política brasileira do poder republicano não desarticula de fato o poder econômico e social, como foram os processos originais de aburguesamento das sociedades européias. (Moreira, 1999; 135-142). Nossos “vilarejos do interior”, distintos das “comunidades camponesas” européias, carregaram os poderes oligárquicos dos coronelismos herdados da casa grande e da senzala, só simbolicamente destruídos.

Por analogia à postulação de Jameson, podemos trabalhar com a hipótese que a Natureza que se constitui como o outro imaginário na modernização periférica brasileira é a de “vilarejos do interior oligárquico” e a “paisagem orgânica de um campo selvagem e incivilizado”. Sérgio Buarque de Hollanda nos fala dessa sociedade de raízes agrícolas, dos processos de interiorização, do espírito aventureiro dos bandeirantes e da cordialidade brasileira, bem como de seu exercício autoritário pelas elites brasileiras. Gilberto Freire nos fala da sociabilidade miscegenada e patriarcal da casa grande e da senzala, do familismo e do sincretismo religioso de nossa cultura. Darcy Ribeiro (1995) narra a constituição do povo brasileiro, de sua língua e de sua cultura. Essa cultura estaria matriciada na cultura tupi-guarani de nossas populações pré-coloniais, na cultura portuguesa dos colonizadores e conteria sua síntese de nacionalidade no sincretismo de ambas nas culturas africanas fragmentadas pelo escravismo. Esse particular hibridismo colonial-escravista de origem sobrecarrega a cultura e a língua portuguesa dos colonizadores com elementos culturais e lingüísticos indígenas e africanos, nos hábitos culturais, nos corpos cabelos e nas peles. Sob

hegemonia da matriz colonial portuguesa produziu-se um particular sincretismo de nossa nacionalidade e de nossas ruralidades, bem como, consolidou-se o domínio agrícola exportador do território nacional, estabelecendo-se as fronteiras abertas da cultura nacional e nossa visão de nós mesmos e dos outros.

Se concordarmos com Canclini quanto a modernização capitalista periférica incompleta, cumpre-nos reconhecer que aquele rural dos “vilarejos do interior oligárquico” e a “paisagem orgânica de um campo selvagem e incivilizado” não desapareceu e nem o amálgama cultural do domínio colonial-escravista português. Aquela rural ainda se encontraria mesclado no contemporâneo periférico brasileiro, seja na forma política de uma democracia incompleta seja na forma de uma sociedade de padrão elevado de desigualdade econômica, social e de qualidade de vida.

Nesse sentido poderíamos visualizar em alguns de nossos indicadores sociais contemporâneos elementos daquela ruralidade “selvagem e incivilizada” e “interiorana oligárquica”. Tais elementos estariam presentificados em nossos níveis de pobreza, saúde, escolaridade e de qualidade de vida, bem como nas atuais demandas por reforma agrária. Aquela ruralidade poderia também ser visualizada em nossos comportamentos tradicionais de apropriação privada dos espaços e dos bens públicos, de favorecimentos, de compadrio e de troca de favores clientelísticos. Nesse sentido poderíamos falar do rural na cidade e na política, bem como visualiza-lo em nossas instituições como produtos daquele amálgama indígena, africano e português, tipo particular da cultura híbrida de que nos fala Canclini.

Com essa pequena problematização, temos duas narrativas para nossas hipóteses de pesquisa sobre o rural contemporâneo. Uma nos fala das imagens do rural da modernidade européia e outra nos fala do rural e das suas modernizações incompletas da periferia latino-americana, em especial a brasileira. Os processos de globalização, os localismos e globalismos e as disputas por hegemonias que exporemos mais adiante não nos permitirão descartar nenhuma dessas narrativas.

Para uma das narrativas, temos um processo homogeneizador da modernidade ocidental, que teria feito desaparecer o campo e o rural. O desaparecimento deste outro imaginário que continha um rural camponês e uma Natureza pré-capitalista seria a narrativa da sua dominação e transformação pelo processo de modernização, cujo resultado nos oporia, na atualidade, um novo outro: o poder alienado da tecnologia, da megalópole, da cidade e do social, tomados como instâncias privilegiadas do global transnacional. Neste sentido aquela imagem de rural ocultou-se, desaparecendo em favor de um outro rural da alta modernidade. Este rural é ao mesmo tempo urbano e global. Já tecnificado, industrializado, urbanizado e civilizado, a imagem desse rural da alta ou da pós-modernidade reescreve as identidades rurais tendendo a construir o agricultor como o jardineiro da

natureza e como guardião do patrimônio natural e das tradições culturais, agora a serem preservadas. Nessa nova imagem o rural já não se diferencia do urbano.

Para a outra narrativa, temos a postulação de culturas híbridas, oriundas das especificidades sócio-históricas da periferia mundial, nas quais a modernização e a modernidade não se completaram. Os baixos níveis de escolaridade, saúde, cidadania incompleta e os elevados indicadores de desigualdades sociais atestariam essa afirmação de incompletude. Essa modernização incompleta é em um sentido radicalmente diferente daquele pensado pelas teorias da modernização e do desenvolvimento. Tais teorias antevêm a modernização e o desenvolvimento se completando em algum momento do futuro. O sentido cancliniiano de modernização incompleta carrega o paradoxo de uma completude-incompleta, uma vivência híbrida e contraditória em que o próprio ser é culturalmente híbrido e aberto, com possibilidades, mas sem certezas menores desigualdades.

Em outra perspectiva o universo das ruralidades contemporâneas poderá ser visualizado a partir do pensamento sobre as relações entre o local e o global da pós-modernidade e da globalização. O outro Natural imaginário [os nossos rurais imaginários dos processos de aburguesamento] desapareceria em um paradoxal processo de desterritorialização e de presentificação. Seja esse rural imaginário visualizado como “vilarejos camponeses” e “paisagem orgânica do campo” pré-capitalista, tal como pensável a partir das sociedades européias, seja um rural dos “vilarejos do interior oligárquico” e “paisagem orgânica de um campo selvagem e incivilizado”, como em nossa hipótese para o caso brasileiro, ambos seriam reconstruídos e mesmo criados como tradições do e no tempo presente. Comporiam as realidades virtuais, os simulacros e as teatralizações próprias das culturas e das identidades pós-modernas. Haveria um duplo desenraizamento: do tempo, em um passado que desaparece, reaparecendo como representação do passado desaparecido, e do espaço, local que desaparece ao se globalizar, reaparecendo como um global desterritorializado. As relações espaço-tempo contemporâneas fazem desaparecer o passado, atribuindo sentidos apenas ao presente, bem como carregam a possibilidade de construção de um global hegemônico sem lugar, sem território; desterritorializado.

Boaventura Santos (2002) procurando entender a globalização contemporânea inicia sua análise pela desconstruir da globalização hegemônica desnaturalizando-a. Localiza sua emergência no Consenso de Whashington que postula um projeto político de dominação hegemônica global. No detalhamento de sua análise procura compreender o complexo exercício da hegemonia e de suas legitimações discursivas. Ao desdobrar sua narrativa analítica procura visualizar as relações do local e do global, em suas formas e discursos hegemônicos e contra-hegemônicos.

Com a intensificação das dimensões econômicas e políticas globalizadas, as relações sociais tendem a pressionar às fronteiras dos antigos localismos da tradição, do nacionalismo, da linguagem e da ideologia. Nas rupturas dessas fronteiras as relações sociais se globalizam e adquirem um espaço de atuação globalizado. Paradoxalmente ganham força identidades locais, regionais e nacionais, porém com demarcações diferenciadas das antigas experiências, fazendo emergir novos localismos. (Santos (2002:54).

Nesses processos paradoxais de valorização do global-local, procurando desvendar suas tensões o autor identifica globalizações de cima-para-baixo, hegemônicas, e de baixo-para-cima, de resistência ou contra-hegemônica. No grupo das hegemônicas indica as formas de globalização do *localismo globalizado*¹⁵ e do *globalismo localizado*¹⁶ (Santos, 2002:45-65). No segundo grupo estão as de resistência do *cosmopolitismo* e do *patrimônio comum da humanidade*, ambas com potencialidade contra-hegemônica globalizada.¹⁷

Nesses embates da globalização, o localismo globalizado seria a expressão do vencedor na luta pela apropriação ou valorização de recursos, imagens, artefatos e instituições. A identidade do vencedor carregaria a capacidade de ditar os termos da integração, da competição e da inclusão de outras identidades. Tendo sua particularidade anterior convertida em condição universal, hegemônica, o localismo globalizado tornaria-se a referência para o reconhecimento das diferenças e dos critérios de classificação das hierarquias diferenciadoras. Ao ditar os termos das diferenciações estabeleceria as conseqüentes exclusões e inclusões subalternas, diferenciando e hierarquizando, assim, nações, regiões, grupos sociais e indivíduos, bem como artefatos instituições e valores culturais. Cumpre ressaltar que esse local globalizado é desterritorializado. Perde a raiz de seus contextos específicos e de sua vivência territorial, torna-se um elemento da rede global-local, transformando-se em seu próprio local de origem. (Kumar, 1997:199).

Santos (2002) destaca que na divisão globalizada da produção, essas práticas hierarquizadoras de diferenças garantem aos países centrais os localismos globalizados e aos periféricos ou semi-periféricos a escolha de globalismos localizados.

O desvendamento das redes de poderes e de assimetrias globalizadas e nos permitiria indagar sobre as assimetrias de poder que fazem determinados localismos rurais perdedores, seja nos espaços globalizados seja nos espaços nacionais e regionais. Aos modos de globalização hegemônicos contrapõem-se para Santos (2002) as os modos de globalização de resistência do cosmopolitismo e do patrimônio comum da humanidade. A primeira forma de resistência consiste em tentar transformar trocas desiguais em autoridade partilhada.

Contribuir para esse entendimento das relações entre o rural global e local é um dos objetivos desta pesquisa.

O cosmopolitismo e o patrimônio comum da humanidade são, para o autor, movimentos contra-hegemônicos. Globalismos de baixo-para-cima que assumem o papel de resistência aos fenômenos de localismos globalizados e globalismos localizados. (Santos, 2002:70-71). Os fenômenos de globalização não existem como entidades estanques, alimentam-se das lutas que se travam em diversas dimensões, não têm um caráter pacífico e consolidado, e atingem o campo social, tensionando portanto as identidades sociais em disputa.

No Brasil da atualidade, sob amparo dos discursos do desenvolvimento rural sustentável, a ambiência daquela hegemonia globalizada impulsiona processos nacionais de compreensão do espaço agrário como um novo mundo rural. Esse passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que, no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento e a expansão dos turismos rurais (ecológico e cultural). A revalorização de festas, rodeios e feiras agropecuárias associam-se à valorização da cultura local e de etnias e ao apoio à produção de artefatos os mais diversos, como conservas, artesanatos e manufaturas associados à natureza e à culturas popular e tradicional, bem como na dinamização de agroindústrias associativas de agricultores familiares. Esses processos de revalorização do mundo rural consolidam atividades rurais e urbanas em cidades interioranas, reduzem – podendo mesmo reverter – o processo de migração rural-urbana e estão associados à consolidação de processos participativos de planejamento e gestão social nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

A perspectiva analítica aqui ensaiada nos permite visualizar a complexidades das lutas pela democratização da sociedade brasileira, pensando-as como questões nacional e global, urbana e rural. Alerta-nos também para o risco de visualizar apenas um processo homogêneo ou linear da globalização, sugerindo o desaparecimento do local, do nacional e do rural.

4. Observações finais

Pensado como mais uma etapa de dois anos, com possibilidades de consolidação do Núcleo de Pesquisa, este projeto gerará estudos e análises apresentáveis em eventos acadêmicos como as reuniões e congressos de associações científicas, encaminhados para publicação em revistas científicas especializadas, bem como colocados à disposição via internet em sites especializados.

5. Cronogramas de Execução e Desembolso

Operacionalmente este projeto procura sistematizar uma série de atividades de pesquisa e ensino sob minha responsabilidade e orientação, procurando sedimentar estudos sobre *Ruralidades, Cultura e Desenvolvimento Sustentável*. Do ponto de vista estratégico para a condução deste projeto de pesquisa serão articulados os trabalhos de meus orientandos, sem afastá-los de seus projetos e objetivos originais, no sentido de identificar, registrar e realizar pequenos estudos sob a temática Desenvolvimento rural sustentável e ruralidades que estejam conectados com seus projetos de tese de doutorado, dando assim um sentido operacional à criação do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Rural Sustentável e Ruralidades,¹⁸ bem como estará aberta a participação de outros alunos, cerca de 6 a 9 a serem incorporados, orientados pelos pesquisadores do Núcleo, que também poderão receber apoio para pesquisas sobre a temática aqui definida.

Como esses alunos enfrentam dificuldades financeiras na condução de suas pesquisas de teses, o apoio que terão para a produção de seus estudos viabilizará parte do trabalho de campo de suas pesquisas específicas, promovendo assim um rendimento em escala, sem desvio de objetivos. Quanto a utilização dos recursos estaremos, portanto, realizando estudos para este Projeto e apoiando os projetos originais dos alunos, visto que em seus estudos de campo eles estarão também realizando suas próprias pesquisas.

Com o apoio da Faperj, a execução deste projeto resultará em cerca de 12 textos analíticos (artigos, ensaios e relatórios). Os alunos de pós-graduação envolvidos apresentarão cerca de 8 estudos (artigos, relatórios de pesquisa e registros sistematizados). Além dos trabalhos realizados em conjunto com os alunos, estarei desenvolvendo estudos que resultarão em 4 trabalhos acadêmicos (artigos, ensaios e relatórios de pesquisa). Dependendo a sensibilização de outros pesquisadores do Núcleo, poderemos contar ainda com cerca de mais 4 estudos.

Estes estudos e trabalhos deverão ser apresentados em eventos acadêmicos como as reuniões anuais da Sober, Anpocs, Abeas, Apipsa e Anppas, divulgados sob a forma de publicação em artigos publicados nas séries Textos e Debates do CPDA, encaminhados para publicação em Revistas científicas especializadas, como é o caso da Revista Estudos Sociedade e Agricultura, editada pelo CPDA, e divulgados sob a forma de publicação em artigos publicados nas *Séries* do CPDA, bem como colocados à disposição via internet em sites especializados.

Com relação à infraestrutura necessária para a consolidação destas atividades, o CPDA já disponibilizou, desde 2001 uma sala de pesquisa no 9º andar, na qual estão instaladas as condições objetivas de funcionamento das atividades deste projeto. Parte dos recursos solicitados à Faperj serão destinados à consolidação deste Laboratório de Pesquisa, seu sistema de computação e informática, acesso a rede internet, com uso exclusivo para pesquisa e divulgação dos produtos. Isto

nos remeterá ainda à necessidade de recursos financeiros para acesso a CD, vídeos, e programas especializados sobre o mundo rural, entendidos aqui como materiais de pesquisa na medida em que veiculam imagens do mundo rural. Haverá ainda a necessidade de selecionar (acessar e adquirir, se for o caso) uma bibliografia atualizada que estará disponibilizada na Biblioteca do Núcleo, apêndice da Biblioteca do CPDA, para uso prioritário do GP, sem excluir outros usos.

1. Cronograma de execução

Etapas/atividades	Períodos			
	Jan./ Jul. 2003	Jul./Dez. 2003	Jan./Jul. 2004	Ago./Dez. 2004
1. Composição da equipe e atividades de Laboratórios de pesquisa	X	X	X	
2. Revisão de bibliografia	X	X	X	
3. Pesquisa em rede		X	X	
4. Pesquisa de campo	Jan. fev.	Jul.	Jan./ Fev	Jul.
5. Análises e discussões	X	X	X	X
6. Redação de textos		X	X	X

2. Desembolso

Pelo entendimento do edital, entende-se que o desembolso será de R\$ 2.000,00/ mês, cabendo ao solicitante gerenciar os recursos para viabilizar as atividades e o cronograma de execução

Bibliografia

- Berger, Peter L. e Luckmann, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes. 1985.
- Bourdieu, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, S.A, 1989.
- Canclini, Néstor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Ed. Da USP, 2000
- Castoriadis, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____ *As Encruzilhadas do Labirinto I*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- Elias, Norbert e Scotson, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar.2000.
- Featherstone, Mike. Localismo, globalismo e identidade cultural. **Sociedade e Estado**, Vol. XI, nº 1, jan/jun 1996. p 9-42.
- Ianni, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- Jameson, Fredric. Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio. Editora Ática, 1996
- Jameson, Fredric. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1977.

- Kumar, Krishan. *Da sociedade Pós-industrial à Pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1997.
- Moreira, R. J. Ecologia e Economia Política: Meio Ambiente e Condições de Vida. In: Anais do XXIX Congresso da SOBER. Campinas, SP, 1991.
- Moreira, R. J. Pensamento Científico, Cultura e Eco-92: alguns significados da questão ambiental. In: Reforma Agrária Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, v. 23, 1, (14-39) jan/abr.1993 e In: Universidade e Meio Ambiente, n. 5 Revista do NUMA, UFPA, 1993.
- Moreira, R. J. Formação interdisciplinar e desenvolvimento sustentável. In: Resumos da X Reunião Brasileira de Manejo e Conservação do Solo e da Água. Simpósio: Pequena produção x Desenvolvimento sustentável. Sociedade brasileira de Ciência do Solo (SBCS). Florianópolis, SC, 1994.
- Moreira, R. J. Renda da Natureza e Territorialização do Capital: Reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. In: Estudos Sociedade e Agricultura. n. 4, 89-111, jul., 1995.
- Moreira, R. J. Formação profissional das ciências agrárias: questões da atualidade. In: Anais do XXXIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia (Sober), v. III: 17-25, ago., 1996a
- Moreira, R. J. Disputas paradigmáticas nos programas de pós-graduação em economia e desenvolvimento rural. In: Estudos Sociedade e Agricultura. n. 6, 65-80, jul., 1996b.
- Moreira, R. J. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. In: Estudos Sociedade e Agricultura. n. 8, 51-69, abr., 1997.
- Moreira, R. J. Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. In: Angela D. Ferreira e Alfio Brandenburg. (Orgs.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: Ed. UFPR, 1998a.
- Moreira, R. J. Terra e Natureza: Um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade. In: Raimundo Santos e Luíz Flávio de Carvalho Costa (Orgs.). Mundo Rural e Política. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998b.
- Moreira, R. J. e Berbara, R. Ciências Agrárias no Século XXI: Novas propostas curriculares. In: Revista da Abeas, v. 15, n. especial, 41-50, out., 1997.
- Moreira, R. J. Agricultura familiar: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999a.
- Moreira, R. J. Economia Política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In. Costa, Moreira e Bruno. Mundo Rural e Tempo Presente. Rio de Janeiro; Ed. Mauad, 1999b;
- Moreira, R. J. Desenvolvimento sustentável no espaço rural. Apresentado em Seminário da CONTAG realizado em Brasília. Texto avulso do CPDA, 1999c.
- Moreira, R. J. Sustentabilidade no Espaço Rural: Reflexões sobre conceitos. Apresentado no VII Encontro do ENEA realizado na UFRRJ. Texto avulso do CPDA, 1999d,
- Moreira, R. J. Land and natural resources property and sustainability: Analytical reflections (Questão agrária e sustentabilidade). Apresentado no X World Congress of Rural Sociology. (IRSA) . Rio de Janeiro, ago. 2000a

- Moreira, R. J. Environmental Critics e Social Interests and Green Revolution in Brazil (Críticas ambientalistas, interesses sociais e revolução Verde no Brasil) Apresentado no X World Congress of Rural Sociology. (IRSA) . Rio de Janeiro, ago. 2000b
- Moreira, R. J. *Críticas ambientalistas à revolução verde*. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. nº 15, 39-52, Out. 2000 (ISSN 1413-0580)
- Moreira, R. J. *Agriculture familiale et assentamentos ruraux: competitivité, technologie et integration sociale*. In: Magda Zanoni et Hughes Lamarche (coord.) **Agriculture et ruralité au Brésil. Un autre modèle de développement**. Paris: Éditions Karthala, 2001a (ISBN: 2-84586-173-7) (pp. 189-210)
- Moreira, R. J. *Questão Agrária e sustentabilidade: reflexões analíticas*. In: *Cultura Vozes* nº 3, ano 95, vol. 95, 58-70, Mai.-Jun., 2001a (ISSN 0104-222X).
- Moreira, R. J. *O Atentado Terrorista e a Subjetividade Contemporânea: Notas esparsas*. In: *Debates CPDA*, nº 11. Out., 2001 b.
- Moreira, Roberto *Questão Agrária e sustentabilidade*. In: Héctor Alimonda (org.) *Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: Clacso, 2002 a .
- Moreira, Roberto. A gênese da formação interdisciplinar de pesquisadores no Cpda. In: Roberto Moreira e Luiz Flávio C. Costa (org.) *Mundo Rural e Cultura*. RJ: Mauad, 2002 b. (no prelo).
- Mejia, Margarita e Moreira, Roberto. Tensões entre diferentes ruralidades na Comunidade de Taquari. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. nº 18, Abril, 2002 c. (no prelo)
- Moreira, Roberto e Rocha, Paulo D. *Interdisciplinaridade na Pós-Graduação: Notas de pesquisas*. Revista *REDES*, Unisc, 2002 d. (no prelo)
- Moreira, Roberto e Mejia, Margarita. *Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari*. Cpda, 2002 e. (a publicar)
- Moreira, Roberto. *Vivências de ruralidades no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, 1976-83*. Cpda, 2002 f. (a publicar).
- Moreira, Roberto. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p 239-265.
- Santos, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A Globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

Notas Finais

¹ Ver anexo com lista de títulos provisórios e autoria.

² Site do CNPq na internet. <http://www.cnpq.br/>. Grupos de Pesquisa.

3 Sua proposição está em sintonia com minha trajetória de pesquisa como líder do Grupo de Pesquisa do CNPq, Ruralidades, Cultura e Desenvolvimento Sustentável, como professor de pós-graduação e graduação (Responsabilidade pelas disciplinas "Teorias sobre as sociedades contemporâneas" e "Economia política da sustentabilidade", no mestrado e doutorado do Cpda, UFRuralRJ, e "Sociedade e Agricultura no Brasil", Ciência, técnica e profissões agrárias" e "Agricultura familiar e sustentabilidade" para cursos de graduação da UFRuralRJ), como orientador de dissertações e teses (Nos últimos cinco anos: *A Licenciatura em Ciências Agrárias: Perfil e contextualizações*, de Lia Maria Teixeira de Oliveira. Mestrado, Cpda, 1998.; *Interdisciplinaridade e Meio Ambiente em Cursos de Pós-Graduação no Brasil* de Paulo Ernesto Diaz Rocha, Cpda, 2001; *Desenvolvimento e degradação ambiental: Um estudo na região do Médio Paraíba do Sul*, de Elza Maria Neffa Vieira de Castro, Cpda, 2001 e *A Avaliação da Educação Superior: o estado das artes, o MEC e a experiência de universidades no Estado do Rio de Janeiro*, Cpda, 2002). Para os objetivos deste Projeto cumpre destacar as análises da questão ambiental contemporânea e as proposições de desenvolvimento rural nucleadas no fortalecimento da agricultura familiar e na ampliação e implementação da reforma agrária, bem como na compreensão do espaço rural em um sentido mais amplo do que apenas lugar de atividades agrícolas. (Cf. : Moreira, 1991, 1993, 1994, 1995, 1996a, 1997, 1998b e 1999a.)

4 Respectivamente, Moreira (1999b, 1999c, 1999d, 2000a, 2000b e 1999a.

5 Cf.: Moreira (2001a, 2001b, 2001c, 2002a, 2002b, 2002e; 2002f; 2002g.), Mejia e Moreira (2002), Moreira e Rocha (2002) e Moreira e Mejia (2002).

6 Políticas de Assentamentos Rurais e de Reforma Agrária, de fortalecimento e expansão da Agricultura Familiar (PRONAF), o programa de Governo o Novo Mundo Rural, as políticas ambientais e de segurança alimentar. O MST, as organizações de trabalhadores no campo (Contag e Fetags e Cut), Movimentos ambientalistas, Ongs ambientalistas e de tecnologias alternativas, bem como os movimentos empresariais de proteção de meio ambiente.

7 Moreira (1997, 1998a e 1999a; 2001 a)

8 Moreira, (1994, 1996a e 1996b,) e Moreira e Berbara, (1997), Moreira e Rocha (2002)

9 Moreira (1999b, 1999c, 1999d, 2000a e 2000b),

10 Moreira (2001 b; 2002 a; 2002 b; 2002 e; 2002 f; 2002 g.), Mejia e Moreira (2002) e Moreira e Mejia (2002).

11 Essa problematização foi desenvolvida no texto Ruralidades e globalizações: Ensaio de uma interpretação Moreira (2002 g), do qual retiro algumas formulações que orientaram as futuras pesquisas.

12 Refiro-me aqui à sociedade como realidade subjetiva de Berger e Luckmann (1985), à história incorporada de Bourdieu (1989) e as considerações da Castoriadis (1982, 122-137) de autonomia e alienação do indivíduo.

13 A instância confídica (conjuntista-identitária) de que nos fala Castoriadis (1982) em sua instituição imaginária da sociedade.

14 Comentei o artigo de Maria José Carneiro (1998) em seminário do Cpda: Refletindo a respeito...?, *Ruralidade: Novas identidades em construção*. CPDA, 7/6/2000. Em seminário anterior havíamos debatido a análise de Silvana De Paula (1999). Os comentários que se seguem são ampliações daqueles.

15 Localismo globalizado é descrito como a situação na qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, e exerce uma influência preponderante sobre outros locais, como que descrevendo uma força centrípeta, a exemplo da atividade mundial das multinacionais e a exportação de valores, artefatos culturais e universos simbólicos ocidentais ou especificamente norte-americanos para outros locais do mundo (Santos, 2002:65).

16 Localismo globalizado é descrito como a situação na qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, e exerce uma influência preponderante sobre outros locais, como que descrevendo uma força centrípeta, a exemplo da atividade mundial das multinacionais e a exportação de valores, artefatos culturais e universos simbólicos ocidentais ou especificamente norte-americanos para outros locais do mundo (Santos, 2002:65).

17 A primeira forma de resistência consiste em tentar transformar trocas desiguais em autoridade compartilhada universalizada. A segunda forma de resistência recorre ao direito internacional. Ambas são reivindicadas no âmbito planetário e têm um caráter transnacional intrínseco. Pode-se identificar a atuação desse modo de produção de resistência como fenômenos de uma sociedade civil e política global apenas emergente. (Santos, 2002:70-71).

18 Orientandos, em 1/08/02: Ana Maria Dantas Soares (Projeto: A (con)Formação do Técnico em Agropecuária: o discurso oficial e as demandas da sociedade contemporânea.), Cristina Maria Macêdo de Alencar (Bolsa CNPq. Projeto: Desenvolvimento científico e Sociedade Rural Contemporânea.), Mônica Cavalcanti Lepri (Projeto: De carvoeiros a agricultores orgânicos: pesquisa interativa com a comunidade rural de Rio da Prata, Campo Grande, Rio de Janeiro.), Marco Antonio Verardi Fialho (Bolsa CNPq. Projeto: Agricultura Familiar e o Turismo Rural no Rio Grande do Sul.) e César Augusto Da Ros (Bolsa CNPq. Projeto: Análise dos fatores condicionantes no processo de organização das diferentes formas de produção em assentamentos de reforma agrária, na região de Cruz Alta – RS.), doutorandos, e Indira Cavalcante da Rocha Marques (Bolsa Capes. Projeto: A degradação sócio-ambiental na Ilha de Mosqueiro, em Belém do Pará, no período de 1965-2000.) e Márcio de Lima Magalhães (Projeto: A pluriatividade no cenário da expansão ampliada do capital no campo: o caso do município de Teresópolis – RJ.), mestrandos.

Recém titulados:

Dr. Paulo Ernesto Diaz Rocha

Tese: Interdisciplinaridade e meio ambiente em cursos de pós-graduação no Brasil.

Dra. Maria Elza Neffa Viveiros de Castro

Desenvolvimento e degradação Ambiental: Um estudo na região do Médio Paraíba do Sul

Dra. Nádia Maria Pereira de Souza – 199850614-5

O “Estado da Arte” da avaliação da Educação Superior – as diretrizes do MEC e a experiência de IES no Estado do Rio de Janeiro”.